

CRITÉRIOS PARA A PONDERAÇÃO CURRICULAR E RESPECTIVA VALORAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO NO BIÉNIO 2017/2018

A ponderação curricular é um método de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública e rege-se pelo previsto no artigo 43º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP), e pelo previsto no Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 08/02/2010, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 43º da lei acima mencionada, aquele Despacho Normativo veio estabelecer os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular, bem como os procedimentos a que a mesma deve obedecer, estabelecendo ainda que as respetivas regras se deverão aplicar às avaliações por ponderação curricular efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2017.

Por sua vez, o n.º 4 do mesmo artigo da referida lei obriga a que tais critérios constem de ata aprovada pelo Conselho Coordenador de Avaliação (CCA), a qual deve ser tornada pública.

Torna-se, assim, necessário concretizar os referidos critérios, aprovados pelo CCA da AD&C em reunião do passado dia 18 de janeiro, e publicitá-los, nos termos legalmente previstos.

A ponderação curricular é efetuada por reporte ao biénio relativamente ao qual é requerida a avaliação, devendo o currículo relatar, de forma clara, sintética e estruturada, a informação necessária e relevante para apreciar cada um dos critérios, devendo ainda ser acompanhado, nos termos do n.º 1 do artigo 2º do Despacho Normativo acima citado, da documentação comprovativa do exercício de cargos, funções ou atividades, bem como de outra documentação que o trabalhador considere relevante.

A avaliação de desempenho por ponderação curricular respeita a escala qualitativa e quantitativa prevista na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 9º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro, cada um dos critérios é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5, não podendo em qualquer caso ser atribuída uma pontuação inferior a 1.

De acordo com o n.º 1 do artigo 3º do referido Despacho Normativo, os critérios a apreciar são os seguintes:

- 1- Habilitações académicas e profissionais
- 2- Experiência profissional
- 3- Valorização curricular
- 4- Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social

Classificação e Avaliação Final

A avaliação final é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos critérios de ponderação curricular, nos termos a seguir mencionados, devendo todos os cálculos ser efetuados, sempre que possível, até às milésimas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PC = 10\% HAP + 55\% EP + 20\% VC + 15\% EC$$

PC = Ponderação Curricular

HAP = Habilitações Académicas e Profissionais

EP = Experiência Profissional

VC = Valorização Curricular

EC = Exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social

Conforme disposto no número 4 do artigo 9º do Despacho Normativo nº 4-A/2010, de 8 de fevereiro, quando deva ser atribuída ponderação à alínea a) do parâmetro 4, as ponderações de cada parâmetro são alteradas nos seguintes termos:

- A ponderação prevista para EP sobe para 60%
- A ponderação prevista para EC desce para 10%;
- A ponderação prevista para HAP e VC mantém-se.

A expressão da avaliação final respeita a escala qualitativa e quantitativa prevista na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, sendo expressa da seguinte forma:

- de 1 a 1,999 pontos Desempenho inadequado
- de 2 a 3,999 pontos Desempenho adequado
- de 4 a 5 pontos Desempenho relevante

I - VALORAÇÃO

1- Critério “Habilitações académicas e profissionais” - Ponderação 10%

Por habilitação académica deve entender-se apenas a habilitação que corresponda a grau académico ou que a este seja equiparada.

Por habilitação profissional deve entender-se a habilitação que corresponda a curso legalmente assim considerado ou equiparado.

Na valoração dos referidos elementos, são consideradas as habilitações legalmente exigíveis à data da integração do trabalhador na carreira respectiva.

Assim, e para todas as carreiras da AD&C, a valoração deste critério será a seguinte:

Sub-critérios	Pontuação
Titularidade da habilitação inferior à exigível à data da integração do trabalhador na carreira respetiva	3 pontos
Titularidade da habilitação exigível à data da integração do trabalhador na carreira respetiva	5 pontos

2- Critério “Experiência profissional” (EP) - Ponderação 55%

A experiência profissional pondera e valora o desempenho de funções ou atividades, incluindo aquelas que tenham sido desenvolvidas no exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social, devendo o requerente declarar tais funções ou actividades, com a respectiva descrição, e, se for o caso, a indicação da participação em acções ou projectos de relevante interesse, tudo devidamente confirmado pela entidade onde são ou foram exercidos tais cargos, funções ou actividades.

2.1. Carreira de inspetor superior, especialista de informática e carreira geral de técnico superior

Sub-critérios	Pontuação
Participação em grupo de trabalho	0,5 pontos
Elaboração de estudos e/ou trabalhos	0,5 pontos
Elaboração de estudos e/ou trabalhos publicados	0,5 pontos
Orientação de estágios profissionais	0,5 pontos
Membro de júris de procedimentos concursais de recrutamento ou de aquisição de bens e serviços (com efetividade de funções)	0,5 pontos
Apresentação em seminários e conferências	1 pontos
Exercício de outras funções não relacionadas com a missão e competências da AD&C;	1 pontos
Monitorização de ações de formação	1 pontos
Coordenação de grupos de trabalho	1,5 pontos
Nomeação para representação do serviço a nível interdepartamental ou superior	1,5 pontos
Exercício de atividades compreendidas nas atribuições da ADC	2 pontos

A valoração final deste critério é feita da seguinte forma:

- De 0 até 1 valores, inclusive = 1 ponto
- Superior a 1 até 3 valores, inclusive = 3 pontos
- Mais de 3 valores = 5 pontos

A pontuação de cada um dos subcritérios verifica-se na existência de pelo menos uma das atividades descritas, não acumulando pontuação por subcritério.

2.2. Carreira de técnico de informática, carreira geral de assistente técnico e carreira de assistente operacional

Sub critérios:	Pontuação
Membro de júris de procedimentos concursais de recrutamento ou de aquisição de bens e serviços (com efetividade de funções)	1 ponto
Participação em grupo de trabalho	1 ponto
Coordenação de grupo de trabalho	1 ponto
Orientação de estágio profissional	1 ponto
Exercício de outras funções não relacionadas com a missão e competências da AD&C;	1 ponto
Exercício de atividades compreendidas nas atribuições da ADC	2 pontos
Realização de ação de formação	2 pontos

A pontuação final deste critério é feita da seguinte forma:

- De 0 até 1 valores, inclusive = 1 ponto
- Superior a 1 até 3 valores, inclusive = 3 pontos
- Mais de 3 valores = 5 pontos

A pontuação de cada um dos sub-critérios verifica-se na existência de pelo menos uma das atividades descritas, não acumulando pontuação por sub-critério.

3- Critério “Valorização curricular” – ponderação 20%

Na valorização curricular é considerada:

- a) A participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizadas nos últimos cinco anos, incluindo aquelas que tenham sido frequentadas no exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social, desde que tudo devidamente comprovado;
- b) As habilitações académicas superiores àquelas que eram exigíveis à data da integração do avaliado na carreira respectiva.

Neste critério será considerado o somatório das horas de formação frequentadas nos cinco anos anteriores por referência ao primeiro ano para o qual é solicitada a avaliação de desempenho por ponderação curricular.

Para além da participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizadas nos últimos cinco anos, e nos termos do nº 3 do art. 6º do mencionado Despacho Normativo, são igualmente valoradas as habilitações académicas superiores àquela que é exigível à data da sua integração na carreira respetiva.

Sub critérios:	Pontuação
Frequência de ações de formação até 150 horas	1 ponto
Frequência de mais de 150 horas e até 300 horas	3 pontos
Ações de formação de duração igual ou superior a 60h com avaliação final	
Até 150 horas e habilitação académica superior àquela que era exigível à data da sua integração na carreira respectiva	

Frequência de mais de 300 horas de formação	5 pontos
Mais de 150 horas e até 300 horas e habilitação académica superior àquela que era exigível à data da sua integração na carreira respectiva	
Doutoramento	

No âmbito deste critério, e na ausência de informação relevante para o efeito, considerar-se-á:
 1 dia = 6 horas, 1 semana = 30 horas e 1 mês = 120 horas.

4- Critério “Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social” – Ponderação 15%

Constituem cargos ou funções de relevante interesse público apenas aqueles ou aquelas que se encontram previstas no artigo 7º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.

Nas carreiras de assistente técnico e de assistente operacional o exercício de cargos dirigentes é substituído pelo exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos.

Caso algum avaliado apresente, no período em avaliação, o desempenho de mais do que um cargo ou função, prevalecerá o/a de pontuação mais elevada.

4.1. Carreira de inspetor superior, especialista de informática e carreira geral de técnico superior

Sem exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigos 7º e 8º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	< 6 meses	1 ponto
Exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigos 7º e 8º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	= > 6 meses	3 pontos
Exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigos 7º e 8º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	1 ano completo	5 pontos

4.2. Carreira de técnico de informática, carreira geral de assistente técnico e carreira de assistente operacional

Sem exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos e sem exercício de funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigo 3º, n.º 2, do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	< 6 meses	1 ponto
Exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos e/ou	= > 6 meses	3 pontos

exercício de funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigo 3º, n.º 2, do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.		
Exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos e/ou exercício de funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigo 3º, n.º 2, do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	1 ano completo	5 pontos

Quando, para os efeitos previstos na lei, e se em fase de diferenciação do desempenho for necessário proceder a desempate entre trabalhadores que tenham a mesma classificação final na avaliação de desempenho, releva consecutivamente a última avaliação de desempenho anterior e o tempo de serviço relevante na carreira e no exercício de funções públicas.

Lisboa, 18 de janeiro de 2019

O Presidente



(António Costa Dieb)